

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2023
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº
04/2023

**EXCLUSIVO PARA ME/EPP/EQUIPARADO - COM PRIORIDADE PARA MEP'S
LOCAL OU REGIONAL**

1. PREÂMBULO

1.1.O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, senhor Clodoaldo Briancini, **TORNA PÚBLICO** que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **PRESENCIAL**, através do sistema **REGISTRO DE PREÇOS** do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, que será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02, Lei nº 123/06 e Lei 147/14, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e suas respectivas alterações e legislação aplicável e Decreto Municipal nº 386/2021, cuja documentação e proposta devem ser entregues no dia e hora abaixo especificados, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

DATA E HORÁRIO LIMITE DE ENTREGA DOS ENVELOPES: **Até às 08h15min do dia 06/03/2023.**

DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: **DIA 06/03/2023, HORÁRIO: 08h30min.**

1.2 - Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- a) Anexo "A" – TERMO DE REFERÊNCIA;
- b) Anexo "B" – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS;
- c) Anexo "C" – MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO;
- d) Anexo "D" – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO V, DO ART. 27, DA LEI 8.666/93;
- e) Anexo "E" – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. VII, DO ART. 4º, DA LEI Nº 10.520/2002;
- f) ANEXO "F" - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL SERVIDOR PÚBLICO;
- g) ANEXO "G" - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
- h) Anexo "H" - MINUTA ATA REGISTRO DE PREÇOS;

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) PARA LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS MATERIAS NECESSARIOS PARA O EVENTO COMEMORATIVO DE 31 ANOS DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC NOS DIAS 31/03/2023 E 01/04/2023**, conforme especificações constantes no anexo “A” deste edital.

2.2. O objeto social da empresa licitante deverá ser pertinente e compatível com o objeto disposto no item 2.1 deste edital.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 **Poderão participar do presente pregão eletrônico as microempresas ou empresas de pequeno** porte interessadas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, especialmente o disposto no Termo de Referência, bem como o atendimento à documentação constante neste Edital e seus anexos e estiverem devidamente cadastradas junto ao Órgão Provedor do Sistema, por meio do site www.bll.org.br.

3.1.1 O presente certame é exclusivo para as ME e EPPS, com prioridade para as ME e EPPs com sede no Município de Cordilheira Alta (locais) ou então no âmbito da região metropolitana de Chapecó (regionais), conforme Decreto Municipal 386/2021.

3.1.1.1 Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.1.1.1.1 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, proposta comercial e enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, sujeitará o proponente às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de possíveis sanções penais cabíveis.

3.2. Não será admitida nesta licitação a participação de:

3.2.1. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.2.2. Empresas ou Sociedades Estrangeiras que não funcionem no país;

3.2.3. Empresas que estejam reunidas em Consórcio;

3.2.4. Empresas impedidas de licitar ou contratar com Poder Público (Art. 7º da Lei 10.520/02), ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração Pública (Art. 87, III da Lei 8.666/93);

3.2.5. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do Art. 72, § 8º, V, da Lei 9.605/98;

3.2.6. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que

seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

3.2.7. Empresas em processo falimentar, em processo concordatário, em recuperação judicial ou extrajudicial;

3.2.8. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do Art. 12 da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa);

3.2.9 – Empresas que possuam em seu quadro de pessoal, assessor, diretor, conselheiros ou similares, que sejam servidores do Município de Cordilheira Alta nos termos do artigo 9º da Lei 8.666/93;

3.3. A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site www.bll.org.br, opção “Acesso Identificado”, observando a data e o horário limite estabelecido no Edital.

3.8 - DA PARTICIPAÇÃO DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAL, MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE - LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006.

3.8.1 - As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e seus Equiparados (cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488/07 e empresário individual enquadrados nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06) que QUISEREM participar da presente licitação e usufruir os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, DEVERÃO observar o disposto nos subitens seguintes.

3.8.2 - A condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e seus Equiparados (cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488/07 e empresário individual enquadrados nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06) deverá ser comprovada mediante apresentação (fora dos envelopes) da seguinte documentação:

3.8.2.1- Sociedade Empresária: Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa, ou Declaração de que cumpre os requisitos legais estabelecidos no art. 3 da Lei Complementar nº 123, de 2006 e suas alterações, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 do estatuto (conforme o modelo do Anexo VI do presente Edital);

3.8.2.2 - Sociedade Simples: Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, ou Declaração de que cumpre os requisitos legais estabelecidos no art. 3 da Lei Complementar nº 123, de 2006 e suas alterações, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 do estatuto (conforme o modelo do Anexo VI do presente Edital);

3.8.2.3 - Microempreendedor Individual: Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Microempreendedor Individual ou Certificado da Condição de

Microempreendedor Individual – CCEI, disponibilizado no Portal de Microempreendedor (www.portaldoempreendedor.gov.br).

3.8.2.4 – Cooperativas: Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa, ou Declaração de que cumpre os requisitos legais estabelecidos no art. 3 da Lei Complementar nº 123, de 2006 e suas alterações, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 do estatuto (conforme o modelo do Anexo VI do presente Edital);

3.8.3 - Os documentos exigidos nos subitens 3.10.2.1, 3.10.2.2, 3.10.2.3 e 3.10.2.4 deverão estar atualizados, ou seja, emitidos a menos de 120 (cento e vinte) dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

3.8.4 - Os documentos para fins de comprovação dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, deverão ser apresentados FORA DOS ENVELOPES, no ato de CREDENCIAMENTO das empresas participantes.

3.8.5 – A empresa que não comprovar quaisquer das condições retro citadas não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006.

4. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

4.1. No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro (a), inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, desde que protocolados de acordo com o disposto no item 1.1, em envelopes distintos, lacrados, contendo na parte externa a seguinte identificação:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA - SC

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 04/2023

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL

PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

CNPJ:

ENDEREÇO COMPLETO:

CEP:

TELEFONE / FAX:

E-MAIL:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA - SC

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 04/2023

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

CNPJ:

ENDEREÇO COMPLETO:

CEP:

TELEFONE / FAX:

E-MAIL:

4.2. Em seguida, realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame, nos seguintes termos:

4.2.1. O licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro, no dia da abertura dos envelopes, diretamente ou através de seu representante que, devidamente identificado e credenciado por meio legal, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, com poderes para formulação de ofertas e lances verbais e para a prática dos demais atos do certame, no interesse do representado, através da apresentação de procuração, ou termo de credenciamento, nos termos do modelo constante do Anexo “C”, juntamente com fotocópia de documento de identificação com foto. Ressalva-se que, os mesmos não serão devolvidos e deverão ser em cópia autenticada.

4.2.2. A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada **fora dos envelopes**, junto dos envelopes de documentação e proposta;

4.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

4.3.1. Sócio e/ou Proprietário deverá apresentar:

- a. Cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado; em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.
- b. Cópia autenticada de documento de identificação com foto (a autenticação de documento de identificação poderá ser feita por Servidor Público desta Administração, até o horário limite para entrega dos envelopes, conforme prevê a Lei nº 13.726/2018).
- c. Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, conforme o modelo do Anexo “E”;
- d. Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, da abertura das propostas.

4.3.2. Representante deverá apresentar:

- a. Cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado; em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

b. Instrumento público ou particular de procuração, em que conste o nome da empresa outorgante, bem como de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, e, também, o nome do outorgado, com a indicação de amplos poderes para dar lance (s) em licitação pública, ou;

b.1 termo de credenciamento (conforme modelo no Anexo C deste edital) outorgados pelos representantes legais do licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

c. Cópia autenticada de documento de identificação com foto (a autenticação de documento de identificação poderá ser feita por Servidor Público desta Administração, até o horário limite para entrega dos envelopes, conforme prevê a Lei nº 13.726/2018).

d. Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, conforme o modelo do Anexo “E”;

e. Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, da abertura das propostas.

4.3.3. De acordo com o disposto no artigo 3º, I e II, da Lei 13.726/2018 é dispensada a exigência de reconhecimento de firma e autenticação de cópia de documento em cartório, podendo ser realizada por Servidor Público desta Administração.

4.3.3.1 Todos os documentos exigidos para credenciamento deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada.

4.3.3.2. O reconhecimento de firma, será feito por confrontação de assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente administrativo, lavrar sua autenticidade no próprio documento (Art. 3º, I, da Lei 13.726/2018).

4.3.3.3. No caso de credenciamento de acordo com o item 4.3.2, sendo dispensável o reconhecimento de firma, o representante deverá estar munido de cópia de documento de identidade do Sócio e/ou Proprietário outorgante, para confrontação de assinatura com aquela constante no instrumento particular de procuração ou termo de credenciamento, de acordo com a Lei 13.726/2018.

4.3.3.4. Ademais, quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis (Art. 3º, § 2º, da Lei 13.726/2018).

4.4. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório à presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes à licitação.

4.5. O credenciamento no momento da licitação implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao **Pregão Presencial**.

4.6. A não apresentação dos documentos para o credenciamento, não inabilitará o licitante, mas o impedirá de ofertar lances verbais, lavrando-se em ata o impedimento.

4.7. Cada representante poderá representar um único licitante.

4.8. **As microempresas e empresas de pequeno porte, para se beneficiarem da Lei Complementar nº. 123/2006 alterada pela lei 147/2014, deverão apresentar juntamente com o Credenciamento (fora dos envelopes):**

a) Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, da abertura das propostas.

4.8.1. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

4.9. Todos os benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006 aplicáveis às microempresas e empresas de pequeno porte estendem-se ao Microempreendedor Individual- MEI, conforme determina o § 2º, do artigo 18-E, da referida Lei.

4.10. Não serão aceitas para fins de comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, declaração emitida pelo próprio licitante.

4.11. A empresa que não comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com a apresentação de um dos documentos acima descritos, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006.

4.12. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes e não se fizerem representar na sessão, somente participarão do certame se enviarem cópia do Contrato Social e as declarações que cumprem com os requisitos de habilitação e inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação (anexo “E” e “F”), em envelope separado da Habilitação e Proposta, anexando-as, obrigatoriamente, por fora do envelope.

4.13. Durante a fase de credenciamento, a critério do Pregoeiro (a), poderá o mesmo permitir aos licitantes complementarem as exigências para o credenciamento conforme estabelecido neste edital, desde que não acarrete prejuízos ao certame.

4.14. As proponentes que encaminharem a documentação referente ao credenciamento juntamente com os Envelopes 1 – Proposta Comercial e 2 – Documentação de Habilitação-, via postal, deverão, preferencialmente encaminha-los em envelope distinto, devidamente lacrado e identificado.

4.15. Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

4.16. A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no item 1.1 deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, sob total responsabilidade do licitante, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e hora indicados para protocolo. A Administração e o Fundo Municipal de Cordilheira Alta e o Pregoeiro não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido no item 1.1, no Setor de Compras desta Prefeitura. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e/ou documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

4.17. É recomendado ao licitante se dirigir ao Setor de Compras com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência do horário limite para protocolo. O Fundo

Municipal de Saúde não se responsabiliza por filas e/ou quedas do sistema, no Setor de Compras, o que pode acarretar atrasos na protocolização dos envelopes.

4.18. Recomenda-se que as páginas da proposta de preços e dos documentos de habilitação sejam numeradas e rubricadas, não cabendo aos proponentes quaisquer reivindicações relativas à ausência de documentos, no caso de inobservância desta recomendação.

5. DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1- O Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL deverá conter a proposta propriamente dita, redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

- a) Razão social, endereço completo, nº do CNPJ e nº da Inscrição Estadual e/ou Municipal da proponente e contato telefônico e eletrônico (e-mail);
- b) Número deste Pregão;
- c) Número do lote, número do item, descrição dos itens nos termos do Anexo “B” deste Edital, quantidade, unidade de medida, marca, preço unitário e preço total do item em algarismos e por extenso e do lote.
- d) Local, data, assinatura e identificação do representante legal da licitante.

5.2. A ausência do valor por extenso ou alfanumérico poderá ser sanada em sessão, desde que haja a possibilidade de se identificar o valor real da proposta de preços.

5.3. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

5.4 Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais ou ainda fornecimento de peças, mão de obra, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação assim como as despesas eventuais com assistência técnica para prestação da garantia.

5.4.1 A licitante contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta.

5.5. Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias consecutivos o prazo de validade das propostas, nos termos do artigo 6º da Lei Federal nº 10.520/2002 o qual será contado a partir da data da sessão de abertura dos envelopes nº 01, estabelecida no item 1.1 deste Edital. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

5.6. As propostas que tenham sido classificadas serão verificadas pelo Pregoeiro para constatar a possibilidade de erros aritméticos nos cálculos e na soma. Os erros serão corrigidos pela Comissão da seguinte forma:

- a) nos casos em que houver discrepância entre os valores grafados em algarismos numéricos e por extenso, o valor grafado por extenso prevalecerá;

b) nos casos em que houver uma discrepância entre o preço unitário e o valor total obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário cotado deverá prevalecer;

c) nos casos em que houver discrepância entre o valor da soma de parcelas indicada na Proposta e o valor somado das mesmas, prevalecerá o valor somado pelo Pregoeiro.

5.6.1. O disposto no item 5.6 e suas alíneas não é imutável, podendo a Comissão adotar a melhor solução caso a caso, consoante os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

5.6.2. Os preços unitários apresentados no texto da proposta da licitante serão corrigidos pelo Pregoeiro de acordo com o procedimento acima e serão considerados para efeito de ordenação em relação às demais licitantes e como o valor a que se obriga o proponente.

5.6.3. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir, ou criar direitos, sem previsão expressa no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta que não for conflitante com o Edital.

5.7. É facultada ao pregoeiro a correção, diante de todos os participantes, de falhas formais que não acarretarão danos legais ao andamento do certame, visando assegurar o Princípio da Ampla Participação e Interesse Público. No caso de omissões puramente formais em Propostas, inclusive quanto ao seu prazo de validade, serão considerados os previstos no Edital.

6. DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

6.1 O Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO deverá conter os seguintes documentos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e financeira:

a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)**, emitida no prazo máximo de 90 dias da data de abertura dos envelopes (mencionada no item 1.1);

b) **Ato Constitutivo, Contrato Social;**

c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de **Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União** (ABRANGENDO AS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS);

d) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de **Débitos Estaduais**, relativa ao Estado da sede do licitante;

e) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de **Débitos Municipais**, relativa ao Município da sede do licitante;

f) **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço** (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais;

g) **Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT);

h) **Certidão Negativa de Falência e Concordata e Recuperação Judicial** (sendo a sede da empresa licitante no Estado de Santa Catarina, **deverá emitir**

a certidão em dois sistemas diferentes “e-SAJ” e “eproc” do Poder Judiciário de Santa Catarina, disponível respectivamente nos sites: <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do> e <https://certeproc1g.tjsc.jus.br/>;

i) **Declaração** da proponente que atende ao inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666/93, que se refere ao inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que diz o seguinte: “Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”;

j) **Relatório constando a negativa de impedimento de contratação com a Administração Pública**, denominado Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, disponível no portal do Tribunal de Contas da União no link <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

k) **Declaração** que não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Município de Cordilheira Alta (modelo no anexo “F” do edital).

l) **Declaração** de informações complementares, (modelo no anexo “G” do edital).

6.2 DA QUALIFICAÇÃO – TECNICA

Para o lote 01, 02, 03

o) **Certidão de pessoa jurídica** emitida pelo órgão responsável;

p) **Certidão de pessoa física do profissional** responsável técnico da licitante emitida pelo órgão responsável.

q) **Comprovação do vínculo** entre o profissional responsável técnico e a empresa licitante, mediante apresentação de pelo menos um dos seguintes documentos:

I) Cópia da carteira de trabalho (CTPS) do responsável técnico ou do registro de empregado com o respectivo carimbo do Ministério do Trabalho;

II) Contrato social da licitante, do qual conste o responsável técnico como integrante da sociedade;

III) Contrato de prestação de serviços;

Para o lote 06

q) **Comprovação de que possui em seu quadro profissional técnico** com certificações que atendam às seguintes Normas Regulamentadoras (NR) emitidas pelo Ministério do Trabalho:

NR10 – Segurança em Instalações de Serviços de Eletricidades;

r) **Comprovação do vínculo** entre o profissional responsável técnico e a empresa licitante, mediante apresentação de pelo menos um dos seguintes documentos:

I) Cópia da carteira de trabalho (CTPS) do responsável técnico ou do registro de empregado com o respectivo carimbo do Ministério do Trabalho;

II) Contrato social da licitante, do qual conste o responsável técnico como integrante da sociedade;

III) Contrato de prestação de serviços

Para o lote 07

s) **Comprovação**, de registro na **polícia federal**. Vigente – não serão aceitos pedidos de abertura de registro.

Para o lote 08

t) **Comprovação**, de registro de credenciamento ao Sicad. Vigente -- não serão aceitos pedidos de abertura de registro.

u) **Para o lote 11**

l) Comprovação de que possui equipe técnica especializada e compatível com o objeto deste edital, contendo no mínimo, 01 (um) engenheiro eletricista e 01 (um) técnico eletricista.

Para comprovação do engenheiro, deverá apresentar **Prova de Inscrição/Registro e Regularidade da empresa e dos seus Responsáveis Técnicos**, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), da localidade da sede da licitante, pessoa Jurídica e Física em vigência;

A proponente que não é sediada no Estado de Santa Catarina deverá apresentar o Registro no CREA do estado em que está sediada e apresentar no ato da assinatura do Contrato, o visto do CREA de Santa Catarina;

II) Para comprovação do técnico deverá apresentar a certificação referente a sua área de conhecimento, devidamente autenticado.

Declaração de que os profissionais possuem todos as certificações que atendam às seguintes Normas Regulamentadoras (NR) emitidas pelo Ministério do Trabalho:

NR10 – Segurança em Instalações de Serviços de Eletricidades e;

NR 35 – Trabalho em altura.

Comprovação do vínculo entre os profissionais responsáveis técnicos (engenheiro e técnico) e a empresa licitante, mediante apresentação de pelo menos um dos seguintes documentos:

I) Cópia da carteira de trabalho (CTPS) do responsável técnico ou do registro de empregado com o respectivo carimbo do Ministério do Trabalho;

II) Contrato social da licitante, do qual conste o responsável técnico como integrante da sociedade;

III) Contrato de prestação de serviços;

Para os lotes (01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 10 e 11) - (Exceto lote troféus)

u) **Atestado de capacidade técnica** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante executou, a qualquer tempo, serviço semelhante e compatível com o objeto desta licitação.

OBS: Os documentos exigidos para habilitação que forem apresentados na fase de credenciamento (item 4 do edital) ficam dispensados de serem apresentados no envelope de nº 02 (dois).

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão declarar, sob as penas da Lei, que se enquadram nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, clicando no campo próprio previsto na tela de envio das propostas.

6.3.1. **A proponente Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar OBRIGATORIAMENTE Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede da licitante**, de acordo com o artigo 8º da Instrução Normativa DRNC nº 103/2007, vigente na data de abertura da licitação indicada no subitem nº 1.2. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006.

6.4. Todo benefício previsto na Lei Complementar 123/2006 e aplicável à Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte, estende-se ao MEI, conforme determina o § 2º do artigo 18-E.

6.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida no item 6.1, mesmo que os documentos relativos à regularidade fiscal apresentem alguma restrição.

6.4.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa e entrega destas certidões ao (a) Pregoeiro (a).

6.4.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 6.4.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.5. Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

6.6. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

6.6.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

6.6.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

6.7. Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.8. A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no item 6.1, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

6.9. Os documentos, certidões e certificados exigidos como condição de habilitação, emitidos online, ficam, nesse caso, a aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo (a) Pregoeiro (a) e/ou sua Equipe de Apoio, no respectivo site do órgão emissor.

6.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

6.11. O não cumprimento do referido prazo acarretará na inabilitação da licitante vencedora, passando-se assim, para a segunda colocada. Após a conferência dos documentos de habilitação, se estiverem de acordo com o solicitado, a segunda colocada será declarada vencedora do item e abrir-se-á prazo para interposição recursal.

6.12. É de responsabilidade da empresa licitante o encaminhamento e a confirmação de recebimento do envelope.

6.13. O Município não se responsabiliza pela logística de entrega do envelope, nem pelo decurso do prazo de transporte deste.

6.14. Na hipótese de envio pelo Correio, considerando o prazo de normalidade, recomenda-se que o envelope seja postado, no máximo, no dia seguinte à convocação para que tenha tempo hábil para recebimento, devendo neste caso informar via e-mail para o Pregoeiro (a) o número de rastreio e/ou comprovante de postagem.

6.5.1 6.15. O não recebimento dos documentos solicitados pelo (a) Pregoeiro (a) no prazo estabelecido, será considerado como desistência do lance ofertado, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas neste Edital.

7. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1. A partir do horário previsto neste edital (item nº 1), a sessão pública na internet será aberta pelo (a) pregoeiro (a) com a utilização de sua chave de acesso e senha.

7.2. Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) pregoeiro (a) e as licitantes.

7.4. O (A) pregoeiro (a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

7.4.1. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.4.1.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de

mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.5. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

7.6. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.7. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.8. Aberta a etapa competitiva (sessão pública), as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo VALOR UNITÁRIO DO LOTE, observando-se as regras estabelecidas no Edital.

7.10. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.12. Durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

7.13. A disputa de lances se dará no modo aberto, sendo que o envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.13.2. Na hipótese de não haver novos lances na forma previsto no subitem 7.13.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.14 – Da Preferência para MPE's Locais ou Regionais:

7.14.1. Entende-se como local ou municipal: o limite geográfico do município de Cordilheira Alta;

7.14.1.1. Entende-se como regional: O âmbito dos municípios constituintes da Região Metropolitana de Chapecó - SC a que pertence o próprio Município;

7.14.2. Para a aplicação dos benefícios previstos poderá, de acordo com o art. 47, caput, da Lei Complementar Federal no 123/2006, ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de cinco por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:

a) aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço válido;

b) a prioridade será para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Cordilheira Alta - SC;

c) não tendo microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Cordilheira Alta - SC, cuja proposta esteja no limite de 5% previsto no item 7.14.2, a prioridade poderá ser dada para as microempresas e empresas de pequeno porte regionais, assim entendidas como aquelas sediadas em municípios da região;

7.15. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o (a) pregoeiro (a) poderá, assessorado (a) pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15.1. Neste caso, o (a) pregoeiro (a) deverá encaminhar pelo sistema eletrônico, contraproposta a empresa licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

7.15.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.16. No caso de desconexão com o (a) Pregoeiro (a) no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o (a) Pregoeiro (a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.17. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

7.18. O proponente deverá comunicar imediatamente a BLL (Órgão provedor do sistema) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

8. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

8.1. No julgamento das propostas, será (ão) considerada (s) vencedora (s) a (s) licitante (s) que apresentar (em) o **MENOR PREÇO POR LOTE**, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

8.2. No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, a classificação será feita, obrigatoriamente, por sorteio, que será realizado na própria Sessão.

8.3. A adjudicação do objeto deste PREGÃO será formalizada pelo (a) Pregoeiro (a), PELO MENOR PREÇO POR LOTE, à (s) licitante (s) cuja (s) proposta (s) seja (m) considerada (s) vencedora (s).

8.4. O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente.

9. DO PRAZO, FORMA DE RECEBIMENTO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

9.1. A contratada deverá observar os prazos, a forma e local de entrega do (s) objeto (s) licitado (s), de acordo com as especificações do termo de referência constante no anexo “A” deste edital.

10. DOS PREÇOS MÁXIMOS

10.1 Os preços máximos a serem admitidos pelo Município de Cordilheira Alta são os previstos na tabela de itens constantes no Anexo “A” deste edital, sob pena de desclassificação.

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 O Município de Cordilheira Alta efetuará o pagamento do objeto desta ata, conforme solicitação, no prazo de 30 dias após a execução do objeto, mediante apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento.

11.1.1 O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

11.2. As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto deste edital correrá a cargo da dotação: (Projeto Atividade 2.065, 2.003, 2.009 – **Elemento 3.3.90 – Despesa 51, 47, 64**, previstas na Lei Orçamentária do Exercício de 2023.

11.3. Os recursos para pagamento do objeto desta licitação correrão por conta de recursos próprios do Município.

11.4 - O pagamento será efetuado de forma independente pelos órgãos, mediante depósito bancário, em conta corrente de titularidade da contratada.

11.5. As notas fiscais/notas fiscais eletrônicas deverão ser emitidas conforme informações prestadas pelos integrantes do Setor de Compras.

12. DAS AMOSTRAS

12.1. Havendo a exigência para apresentação de amostras, essas deverão ser submetidas à aprovação pela secretaria solicitante, que avaliará sua adequação às especificações técnicas contidas no Edital, considerando, ainda, a qualidade e o uso a que se destinam. O responsável pela avaliação, emitirá parecer onde constará aprovada sem ressalvas, aprovada com ressalvas ou reprovada.

12.1.2 A hipótese de “aprovação com ressalvas” somente ocorrerá caso as citadas ressalvas refiram-se a itens de mera aparência (pormenores de acabamento, coloração e outros itens que não impliquem incerteza quanto à qualidade e funcionalidade do objeto). Nesse caso, será disponibilizado novo prazo de 5 (cinco) dias úteis para correção das ressalvas, mediante ajustes ou apresentação de nova amostra.

12.1.2.1 Após as correções ou apresentação de nova amostra, a secretaria emitirá novo parecer em que constará se esta amostra foi aprovada ou reprovada. A entrega da amostra fora do local ou prazo indicado ou a sua reprovação pela secretária acarretará a desclassificação do licitante.

12.2. Em sendo aprovada, a amostra não será contada como unidade entregue.

12.3. Não será devida ao licitante nenhuma indenização ou reparação de qualquer espécie por conta do envio de amostra (s).

12.4 A aceitação da amostra constitui condição para adjudicação do objeto do certame, de maneira que, caso a unidade amostrada não seja aprovada mediante as condições pré-estabelecidas, o licitante é desclassificado, e o próximo é convocado, na ordem de classificação (art. 4º, inciso XVI, Lei nº 10.520/2002).

12.5 O Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

12.6 Todos os objetos entregues, no recebimento, deverão apresentar o mesmo padrão de qualidade, resistência e funcionalidade das amostras aprovadas, seguindo exatamente as especificações técnicas solicitadas.

13. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

13.1. Qualquer cidadão poderá impugnar os termos do presente Edital, por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/93, protocolizando o pedido até 5 (cinco) dias úteis anteriores da data fixada para abertura da Sessão Pública, no endereço discriminado no preâmbulo deste Edital, devendo o Fundo Municipal de Saúde julgar e responder à impugnação em até três dias úteis.

13.1.1. Só serão admitidas as impugnações que forem protocoladas no Setor de Compras da Prefeitura de Cordilheira Alta, no endereço indicado no subitem 1.1.

13.2. Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital a LICITANTE que não apontar as falhas ou irregularidades nele supostamente existentes até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura da Sessão Pública, ficando esclarecido que a intempestiva comunicação do suposto vício não poderá ser aproveitada a título de recurso.

13.3. A impugnação feita tempestivamente pela LICITANTE não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

13.4. Acolhida impugnação contra o edital será designada nova data para a realização do certame, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

13.5. A impugnação deverá ser dirigida ao Setor de Compras desta Prefeitura, que a encaminhará, devidamente informada, à Autoridade Competente para apreciação e decisão.

13.6. O Fundo Municipal de Saúde julgará e responderá à impugnação, após sua protocolização.

14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso, conforme prevê o artigo 4º, XVIII, da Lei 10.520/02.

14.2 O recurso deverá ser dirigido ao Pregoeiro que poderá reconsiderar sua decisão, ou, fazê-lo subir, devidamente informado, para apreciação e decisão da autoridade superior.

14.3. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública sobre as razões recursais, terão o prazo de 03 (três) dias para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

14.4 A manifestação e a motivação da intenção recursal deverá ser feita de próprio punho durante a Sessão Pública, sendo essa manifestação e a posterior protocolização do recurso administrativo no departamento de licitações, pressupostos de admissibilidade, aceitação e julgamento de mérito.

14.5. Decididos os recursos, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto do certame à licitante vencedora.

15. DO REGISTRO DOS PREÇOS

15.1 Após a homologação do resultado da licitação e adjudicação do objeto pela autoridade competente será efetuado o registro dos preços e do fornecedor correspondente mediante a assinatura da Ata de Registro de Preços (Anexo “G”) pelo responsável pela Administração Municipal e pela (s) licitante (s) vencedor a (s) do certame, ficando vedada à transferência ou cessão da Ata de Registro de Preços a terceiros.

15.1.1 É facultado à Administração, quando a (s) proponente (s) vencedora (s) não atende r(em) à convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, a ser realizada até 5 (cinco) dias após a homologação da licitação, nos termos supra referidos, convocar outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para após aprovado o respectivo laudo, comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a ata de registro de preços, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

15.1.2 A convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços se fará através de e-mail, com registro de recebimento. Os representantes legais das empresas que tiverem os preços registrados terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis para comparecerem ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta para assinarem a Ata, sob pena das sanções previstas no item 16 deste Edital.

15.2. Para a assinatura da Ata de Registro de Preços será considerado, como ato concreto, o simples fato de a empresa vencedora ter participado do certame licitatório e apresentado sua proposta final, para esta Comissão, tendo em vista a realização de Pregão. Em caso de não atendimento ou recusa em fazê-lo, da primeira colocada, fica facultado a Administração examinar a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e, procedendo a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e, assim sucessivamente.

15.3. A efetivação da contratação de fornecimento se caracterizará pela assinatura da Ata de Registro de Preços que terá validade de 12 meses.

15.4. O fornecedor terá seu registro cancelado quando descumprir as condições da Ata de Registro de Preços ou não reduzir o preço registrado quando esse se tornar superior àqueles praticados no mercado.

15.5. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

15.5.1. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

15.6. Durante o prazo de validade do Registro de Preços, a Administração Municipal poderá ou não contratar todo ou quantidades parciais do objeto deste Pregão, ficando reduzido, automaticamente, o saldo remanescente no término de validade da (s) Ata (s).

16. DAS PENALIDADES

16.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual (Ata de Registro de Preços) no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preço contratado, nos termos do item 15.1.2 do presente instrumento convocatório.

16.2. Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preços o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

16.3. A penalidade de multa, prevista no item 16.1 deste edital, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

16.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/1993.

16.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

16.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

16.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

16.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

16.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 16.6 e 16.7 será o valor inicial do Contrato.

16.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da

reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

16.11. Sem prejuízo das penalidades de multa fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

16.11.1 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

16.11.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS PREÇOS

17.1 A contratação do objeto licitado será efetivada mediante Ordem de Compra e assinatura da Ata de Registro de Preços.

17.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

17.3 O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

17.4 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado. A CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos que demonstrem os seus gastos, comprovando a quebra do equilíbrio econômico-financeiro, para a devida repactuação dos valores.

17.4.2 A repactuação poderá ser registrada por simples termo de apostilamento ao contrato inicial.

17.4.3 A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

17.5 Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea “d”, inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

17.6 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame, farão parte integrante da Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

18. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

18.1.1 Automaticamente:

18.1.1.1 Por decurso do prazo de vigência;

18.1.1.2 Quando não restarem fornecedores registrados;

18.1.1.3 Pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.
18.2 O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

18.2.1 A pedido, quando:

18.2.1.1 Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

18.2.1.2 O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

18.2.2 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 16 deste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

18.2.3 Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

18.2.3.1 O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6.1 do Edital;

18.2.3.2 Por razões de interesse públicos devidamente motivados e justificados;

18.2.3.3 O fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

18.2.3.4 O fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

18.2.3.5 Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

18.2.3.6 Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

18.3 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente, por meio de documento oficial ou através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Estado de Santa Catarina – DOM/SC, através do sítio www.diariomunicipal.sc.gov.br.

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (0**49) 3358-9100, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00.

19.2. Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço eletrônico (e-mail), número de telefone e fax, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

19.3 A Administração Municipal de Cordilheira Alta reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões Públicas deste Pregão.

19.4. Informações verbais prestadas por integrantes da Administração Municipal de Cordilheira Alta não serão consideradas como motivos para impugnações.

19.5. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123, de 15/12/2006, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

19.6. Todos os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada.

19.6.1. Os documentos, certidões e certificados apresentados nesta licitação, emitidos *online*, ficam, nesse caso, a aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro e/ou sua Equipe de Apoio, no respectivo *site* do órgão emissor.

19.7. É facultado ao Pregoeiro e/ou sua Equipe de Apoio, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

19.8. No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) adiada a abertura da licitação;

b) alterados os termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

19.9. As licitantes participantes deste certame licitatório desde já declaram:

19.9.1. Sob pena prevista no parágrafo único do artigo 337-M do Decreto-Lei nº 2.848/40, não estarem declaradas inidôneas ou suspensas de participação em licitações pelo Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos dos incisos III e IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8666/93.

19.9.2. Para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não empregam menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalvados os casos de menor a partir de quatorze anos na condição de aprendiz.

19.10. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Chapecó/SC, excluído qualquer outro.

Cordilheira Alta/SC, 22 de fevereiro de 2023.

CLODOALDO BRIANCINI

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2023
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 04/2023

ANEXO A - TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO:

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) PARA LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS MATERIAS NECESSARIOS PARA O EVENTO COMEMORATIVO DE 31 ANOS DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC NOS DIAS 31/03/2023 E 01/04/2023, conforme descrições e quantidade abaixo:

Nº Lote: 1 - LOTE 01 - TENDAS GRADES

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
6	10,000	UN	2022 - LOCAÇÕES EM GERAL - LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TENDAS DE 10X10 CALHADA TIPO CHAPÉU DE BRUXA, COM LONA BRANCA ANTI-CHAMAS COM PÉ DIREITO DE 3,00M – PODENDO SER ALONGADA EM ATÉ 50 CM, TOTALIZANDO 3,50M DE ALTURA, COM FECHAMENTO EM DOIS LADOS	3.933,3300	39.333,30
7	300,000	UN	2022 - LOCAÇÕES EM GERAL - LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE GRADES DE PROTEÇÃO COM 2,40X1,25M, ESPASSAMENTO DO VÃO DE 12 CM, COM TRAVA DE SEGURANÇA ANTI-DESENGATE EM LINHA RETA. (METRO LINEAR)	47,6700	14.301,00
8	5,000	UN	2022 - LOCAÇÕES EM GERAL - LOCAÇÃO DE TENDAS DE 5,00X5,00M, CALHADA TIPO CHAPÉU DE BRUXA, COM LONA BRANCA ANTI-CHAMAS COM PÉ DIREITO DE 2,40M – PODENDO SER ALONGADA EM ATÉ 50 CM, TOTALIZANDO 2,90M DE ALTURA.	2.333,3300	11.666,65
9	1,000	UN	2022 - LOCAÇÕES EM GERAL - LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA DE PÓRTICO EM BOX TRUSS Q30, DE 6,0 X 5,0M DE ALTURA, 01 LONA COM IMPRESSÃO DIGITAL DE 1,50 X 6,00M, COM ACABAMENTO EM BAINHA E ILHÓS, CONFORME ARTE QUE SERÁ ENCAMINHADA.	5.400,0000	5.400,00
Total Lote					70.700,95

Nº Lote: 2 - LOTE 02 - COBERTURAS

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
5	1,000	UN	2022 - LOCAÇÕES EM GERAL - COBERTURA EM TENDAS PIRAMIDIAIS FORMANDO UM PAVILHÃO DE 20MX40M COM PÉ DIREITO DE 3.5M DE ALTURA EM LONA VINÍLICA, ANTICHAMAS, IMPERMEÁVEL, COM BLOQUEADOR SOLAR. ESTRUTURAS METÁLICAS EM AÇO COM PILARES, E CALHAS PARA ESCOAMENTO DE ÁGUA. FIXAÇÃO NO SOLO ATRAVÉS DE CABOS DE AÇO OU CINTAS, PARA SER UTILIZADO NO PERÍODO DE 31/03/2023 A 01/04/2023	31.833,3300	31.833,33
Total Lote					31.833,33

Nº Lote: 3 - LOTE 03 - TABLADO

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	1,000	UN	2022 - LOCAÇÕES EM GERAL - TABLADO PARA PALCO COM COBERTURA EM LONA COM FECHAMENTOS LATERAIS E DE FUNDO COM SOMBRITE 80% (oitenta por cento) preto, tamanho 10m x 08m x 0,8m (composto de praticáveis modulares de 2 m x 1 m, e testeira de 10x1-frontlight em lona, impressão digital 4x0 cores, resolução mínima de 1200 DPI'S e 440 G/M² de gramatura mínima, fixado em ilhoses dispostos de 20 em 20 cm, em ferro ou alumínio e de diâmetro compatível com a corda utilizada – corda trançada de no mínimo 4 mm e de resistência suficiente e compatível com o frontlight (m²) (arte será encaminhada); piso em compensado naval 22 mm) em ótimo estado sem desníveis, com acabamento na parte frontal em saia preta, em ótimo estado, forração: carpete cor grafite, 3mm em excelente estado de conservação instalado. 01 Cortina preta medindo 10m x 4,5m, com abertura central, para frente do palco com sistema de correr por cabos de aço; 01 tecido preto para ciclorama, medindo 10m x 4,5m para fundo de palco, grid em Q30 para o palco. Anexo ao piso do palco: 01(um) camarim com 4,0x4,0, luminárias para iluminação do palco. Alimentação, diárias, transportes todas por conta da empresa vencedora. Além da ART em relação a segurança e prevenção de incêndios. Será utilizado de 31/03 a 01/04/2023.	28.200,0000	28.200,00
Total Lote					28.200,00

**Nº Lote: 4 - LOTE 04 - PAINEL DE LED**

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
2	1,000	UN	2022 - LOCAÇÕES EM GERAL - PAINEL DE LED P5, COMPOSTO POR 18 PLACAS PERFAZENDO TAMANHO DE 6X3 METROS, COM PROCESSADOR DE IMAGEM, NOTEBOOK, CABEAMENTO E TÉCNICO OPERADOR, SUSPENSO EM TRELIÇA Q30, PARA SEREM UTILIZADOS NO PERÍODO DE 31/03/2023 A 01/04/2023. (220V)	13.660,0000	13.660,00
Total Lote					13.660,00

Nº Lote: 5 - LOTE 05 - TECIDOS

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
3	12,000	UN	2022 - LOCAÇÕES EM GERAL - INSTALAÇÃO DE TECIDOS DE 1 METRO DE LARGURA, EM LYCRA PARA DECORAÇÃO DE PALCO NAS CORES AZUL E VERDE (SERÁ ENCAMINHADO O TOM, SENDO 6 M CADA). 12 FLOREIRAS BAIXAS COM FOLHAGENS (A DEFINIR) EM CIMA DO PALCO. (METRO LINEAR)	386,6700	4.640,04
4	1,000	UN	2022 - LOCAÇÕES EM GERAL - TECIDO FLEXÍVEL (TIPO LYCRA OU SIMILAR) COR GRAFITE CLARO PARA DIVISÃO DE AMBIENTE MEDINDO APROXIMADAMENTE 12X5M E TESTEIRA, MEDINDO 12X1,5 EM LONA, IMPRESSÃO DIGITAL 4X0 CORES, RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1200 DPI'S E 440 G/M² DE GRAMATURA MÍNIMA, FIXADO EM ILHOSES DISPOSTOS DE 20 EM 20 CM, EM FERRO OU ALUMÍNIO E DE DIÂMETRO COMPATÍVEL COM A CORDA UTILIZADA - CORDA TRANÇADA DE NO MÍNIMO 4 MM E DE RESISTÊNCIA SUFICIENTE E COMPATÍVEL COM O FRONTLIGHT (M²). SERÁ ENCAMINHADO A ARTE PELO MUNICÍPIO.	3.933,3300	3.933,33
Total Lote					8.573,37

Nº Lote: 6 - LOTE 06 - GERADOR

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
10	1,000	D	2022 - SERVIÇO DE LOCAÇÃO GERADORES - LOCAÇÃO DE 01 GERADOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 180 KVA PARA USO NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO E SOM (DISPONÍVEL ATÉ 12 HORAS DIA) GABINADO E SILENCIADO, COM CAIXAS DE PASSAGEM, CHAVE REVERSORA, CABOS E ATERRAMENTO DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES, DISPONIBILIZANDO TÉCNICO DURANTE TODO O EVENTO, COM NR10 E NR 35, COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA EMPRESA PRESTADORA. INCLUSO O COMBUSTÍVEL PARA O FUNCIONAMENTO E EXTINTORES. MONTAGEM COM ANTECEDÊNCIA, PARA DIAS: 31/03/2023 E 01/04/2023.	12.500,0000	12.500,00
Total Lote					12.500,00

Nº Lote: 7 - LOTE 07 - SEGURANÇA

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
11	1,000	UN	2022 - SEGURANÇA ESPECIALIZADA REGISTRADOS NA POLÍCIA FEDERAL - SEGURANÇA ESPECIALIZADA REGISTRADOS NA POLÍCIA FEDERAL (NO MÍNIMO 08 SEGURANÇAS) PARA O DIA 31/03/2023 A 01/04/2023. O CRONOGRAMA COM A ESCALA, DATAS, LOCAIS E HORÁRIOS DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA SERÃO ELABORADOS CONJUNTAMENTE COM A SECRETARIA SOLICITANTE DO SERVIÇO.	6.733,3400	6.733,34
Total Lote					6.733,34

Nº Lote: 8 - LOTE 08 - BRIGADISTA

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
12	1,000	UN	2022 - SERVIÇO DE BRIGADISTA - BRIGADISTAS (MÍNIMO 5) CREDENCIADOS AO SICAD COM DISPONIBILIDADE DE 01 AMBULÂNCIA COM MOTORISTA E SOCORRISTA E TÉCNICO DE ENFERMAGEM, EQUIPADA COM DESFIBRILADOR CONFORME VIGÊNCIA IN28 CBMSCV PARA OS DIAS 31/03/2023 A 01/04/2023.	13.100,0000	13.100,00
Total Lote					13.100,00



Nº Lote: 9 - LOTE 09 - TROFÉU

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
13	60,000	UN	2022 - TROFÉUS PREMIAÇÃO - TROFÉU EM ACRILICO 3MM, FORMATO RECORTADO, COM IMPRESSÃO (ANIMAL CONFORME A CATEGORIA), ETIQUETA E BASE EM MADEIRA, COM 24CM DE COMPRIMENTO, ALTURA PROPORCIONAL, COM ARTE QUE SERÁ ENCAMINHADA.	53,3000	3.198,00
Total Lote					3.198,00

Nº Lote: 10 - LOTE 10 - SHOW INFANTIL

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
14	1,000	UN	2022 - SHOW INFANTIL - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ATIVIDADE EM COMEMORAÇÃO DAS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO COMPREENDENDO SHOW INFANTIL COM NO MÍNIMO 4 PERSONAGENS(A DEFINIR) COM FIGURINO NOVOS OU EM EXCELENTE ESTADO, E NO MÍNIMO UMA APRESENTADORA PARA ANIMAÇÃO E INTERAÇÃO. O TEMPO PREVISTO PARA APRESENTAÇÃO É DE 1 H MAIS 1H PARA BRINCADEIRAS DIRIGIDAS, INTERAÇÃO E FOTOS, ALÉM DE MAIS 1H PARA PASSEIOS (CIRCUITOS) COM MINI VEÍCULOS MOTORIZADOS OU ELÉTRICOS. ALÉM DO SHOW COMPLETO O CONTRATADO DEVERÁ OFERECER: PINTURA FACIAL, OFICINAS DE CABELO-MALUCO E TRANÇAS, ESCULTURA DE BALÃO COM TODO MATERIAL INCLUSO, PARA ATENDIMENTO DE ATÉ 600 CRIANÇAS NO DIA DO EVENTO, COM NO MÍNIMO 03 (TRÊS) MONITORAS PARA RECREAÇÃO	4.700,0000	4.700,00
Total Lote					4.700,00

Nº Lote: 11 - LOTE 11 - MÃO DE OBRA ELÉTRICA

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
15	64,000	H	2022 - MÃO DE OBRA - PARTE ELÉTRICA - MÃO DE OBRA - PARTE ELÉTRICA - INSTALAÇÃO E RETIRADA DE ILUMINAÇÃO PARA AS FESTIVIDADES DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO (31/03 A 01/04/2023)	300,0000	19.200,00
Total Lote					19.200,00
Total Geral dos Lotes					212.398,99

- **A(s) empresa(s) participantes do lote 10 - Show infantil, deverá(ão) no dia do julgamento da licitação apresentar amostra dos figurinos, para averiguação da qualidade e diversidade dos mesmos, sob pena de desclassificação se não estiverem de acordo e não forem aprovados pela C.C.O. A apresentação poderá ser efetuada através de portfólio.**

2. JUSTIFICATIVA DA LICITAÇÃO:

2.1. Justifica-se a licitação de locação de estrutura de tablado para palco, locação de tendas, locação de grades de proteção, gerador, dentre outros materiais e serviços, para suprir as necessidades para a realização das festividades alusivas ao aniversário de emancipação político administrativa do Município de Cordilheira Alta, no mês de março de 2023, para que o evento seja realizado conforme todas as exigências legais, além de garantir a qualidade do evento, suprimindo desta forma também as necessidades de adequações necessárias para os artistas que se apresentarão na ocasião.

2.2. Efetuou-se a média dos orçamentos para os lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 11. O lote 10 foi utilizado o menor preço, por entender-se que esse valor é exequível.

2.3. A presente licitação será julgada por lote, para melhor adequação no controle e organização da administração quanto aos itens licitados.

3. PRAZO DE ENTREGA/ FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. O prazo de entrega dos bens será de acordo com o cronograma expedido pela C.C.O após emissão da Autorização de fornecimento.

3.2. Os itens do **lote 01, 02, 03** deverão ser instalados até o dia 27/03/2023, e deverão permanecer instalados até o encerramento do evento, podendo sofrer alterações que serão avisadas com brevidade ao licitante. A desmontagem deverá ocorrer no dia posterior ao término do evento não cabendo a responsabilidade ao município sob os bens que permanecerem no local.

3.3. A licitante vencedora do **lote 01** deverá efetuar a montagem dos materiais licitados nas seguintes condições:

a) As estruturas deverão apresentar bom estado, as coberturas em lona vinílica branca de boa qualidade, limpas e em perfeito estado de conservação, sem nenhum tipo de avaria, e **devem dispor ao menos de 1 ponto de iluminação e 1 tomada de energia. A licitante deve providenciar toda a instalação elétrica e cabeamento necessário.**

b) A contratada deverá assumir toda a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços, sendo responsável pelo fornecimento das estruturas metálicas, materiais e mão de obra para instalação das mesmas. Todas as despesas com a montagem e desmontagem e outros serão por conta da contratada, inclusive despesas de transporte, estadia e alimentação do pessoal que executará os serviços. **A contratada será responsável pela emissão e pagamento de laudo técnico e ART de aterramento das estruturas metálicas a serem instaladas.**

3.4. A empresa da locação dos geradores, **lote 06**, deverá instalar os mesmos até a data do dia 30/03/2023 para serem utilizados no dia 31/03/2023 e 01/04/2023, devendo estar instalados e em perfeito estado de funcionamento até o findar de todo o evento. A desmontagem deverá ocorrer imediatamente após o término do evento não cabendo a responsabilidade ao município sob os bens que permanecerem no local.

3.5. A(s) empresa (s) que executarem a segurança e brigadista, **lotes 07 e 08** deverão estar com identificação e a disposição durante todo período. A prestação de serviços deverá iniciar e seguir rigorosamente o cronograma de execução conforme será repassado pela C.C.O para cada um dos dias das festividades.

3.6. A empresa que fornecer o painel de led, **lote 04** deverá contar com operador técnico por período integral do evento, para suprir de imediato qualquer necessidade quanto ao funcionamento do mesmo. A instalação do mesmo deverá ser efetuada conforme cronograma que será repassado pela C.C.O.

3.7. A empresa que irá executar a instalação dos tecidos, **lote 05** deverá fornecer os mesmos em perfeito estado e aparência. A C.C.O ficar encarregada de avisar a empresa quando o palco estiver montado para que a mesma possa executar o serviço de instalação dos tecidos e floreiras. As floreiras deverão ser apresentáveis e de acordo com a solicitação da C.C.O.

3.8. A C.C.O fará uma análise previa após a instalação dos materiais, (lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06) para conferência se estão de acordo com o item contratado, bem como para atestar o funcionamento dos mesmos, quando necessário.

3.9. A empresa que irá executar a apresentação de show infantil, **lote 10** deverá executar os serviços conforme cronograma de horário que será repassado pela

C.C.O. A empresa deverá contar com o mesmo material apresentado e aprovado no dia do julgamento da licitação.

3.10. A empresa que executar a iluminação **lote 11** deverá executar os serviços de acordo com cronograma e necessidades encaminhadas pela C.C.O.

3.11. É terminantemente proibido a qualquer das contratadas tratamento diferenciado ao público, assegurando a todos, indistintamente, independentemente de raça, cor, sexo, classe social, situação econômica, orientação sexual, convicções políticas e religiosas, igual tratamento perante a lei, mas, também e principalmente, igualdade material ou substancial.

3.12. Competirá às Contratadas a indenização de acidentes de trabalho de qualquer natureza, respondendo também a Contratada pelos danos causados, por seus empregados, auxiliares e prepostos, ao patrimônio público ou a outrem.

3.13. Durante a execução dos serviços será terminantemente proibido aos executores dos serviços das Contratadas, ingerir ou estarem sob o efeito de bebidas alcoólicas ou substâncias tóxicas, e de pedirem gratificações ou donativos.

3.14. Os troféus para a Exposição Agropecuária, **lote 09** deverão ser entregues até dia 20 de março de 2023, no endereço que será informado pelo município ou na AF.

3.15. As licitantes vencedoras não poderão subcontratar os serviços a ela adjudicados.

3.16. A Contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou prestação, ou uso de produto/serviço diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4 – DAS OBRIGAÇÕES

4.1. São obrigações da CONTRATADA:

4.1.1. Executar os serviços nas condições estipuladas neste edital, observando-se os parâmetros de boa técnica e as normas legais aplicáveis, bem como, atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação dos serviços.

4.1.2. Prestar os serviços apenas mediante agendamento da Secretaria Municipal de Saúde de Cordilheira Alta.

4.1.3 Dar atendimento adequado e prestar as informações devidas a Secretaria Municipal de Saúde sobre os serviços prestados, de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste edital.

4.1.4. Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico.

4.1.5. Garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente e do prontuário médico.

4.1.6. Assegurar ao responsável legal pelo paciente, o acesso a seu prontuário médico.

4.1.7. Apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior, no prazo estipulado neste edital.

- 4.1.8. Manter todas as condições de habilitação exigidas para o objeto, durante todos os períodos em que se mantiver contratado.
- 4.1.9. Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento dos serviços contratados.
- 4.1.10. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.
- 4.1.11. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.
- 4.1.12. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.
- 4.1.13. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.
- 4.1.14. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.
- 4.1.15. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.
- 4.1.16. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.
- 4.1.17. Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas.
- 4.1.18. Recolher os impostos devidos, no que diz respeito ao objeto da presente Ata, em seu órgão competente.
- 4.1.19. Realizar a execução do objeto conforme o edital que originou a contratação, sendo vedada a subcontratação.

4.2. São obrigações da CONTRATANTE:

- 4.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.
- 4.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 4.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 4.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5 - ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 5.1 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os

requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

6. PROPOSTA

6.1 - Serão desclassificadas as propostas que descumprirem o estabelecido no edital, bem como com valores acima do valor máximo previsto.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a execução do objeto, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

8. GARANTIA

8.1 - Não haverá prestação de garantia.

9. AMOSTRA

9.1 - Não há a necessidade da apresentação de amostras;

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

10.1 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1 - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor Iunes Luiz Ferraz, matrícula n. 13734/1, que atuará como representantes institucionais, nos termos do artigo 67 da Lei 8666/93.

10.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e

encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Cordilheira Alta/SC, 17 de fevereiro de 2023

IUNES LUIZ FERRAZ
Presidente da comissão central organizadora

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2023
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 04/2023

ANEXO “B”
MODELO DA PROPOSTA

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

Referente: Pregão Presencial nº _____

Apresentamos nossa proposta, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Valor total da proposta (por extenso): R\$ _____ (_____).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a aquisição.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

Dados Bancários:

Razão Social: (Pessoa Jurídica / em nome da Proponente)
Banco:
Agência:
Conta Corrente:

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: no mínimo 60 (sessenta) dias a contar da abertura da sessão presencial.

Local, _____ de _____ de 2023.

(Nome e assinatura do responsável legal)
(Número da carteira de identidade e órgão emissor)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2023
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 04/2023

ANEXO “C”

MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

Referente: Pregão Presencial nº _____

À Prefeitura Municipal de Cordilheira alta, SC

(Nome do licitante) _____, por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, credencia como seu representante o Sr. _____ (nome e qualificação), para em seu nome participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao pregão, na sessão pública de julgamento, nos termos do artigo 4º da Lei 10.520/2002.

Local, _____ de _____ de 2023.

“COM FIRMA RECONHECIDA”

(Nome e assinatura do responsável legal)
(Número da carteira de identidade e órgão emissor)

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2023
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 04/2023**

ANEXO “D”

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO V, DO ART. 27,
DA LEI
8.666/93**

_____(Razão Social), inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade - RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de menor aprendiz. ()

Local, _____ de _____ de 2023.

(Nome e assinatura do responsável legal)
(Número da carteira de identidade e órgão emissor)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2023
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 04/2023**

ANEXO “E”

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA
LEI Nº
10.520/2002 (*)**

Referente: Pregão Presencial para registro de preço nº _____

(Nome do licitante) _____, por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, nos termos do artigo 4º, VII, da Lei 10.520/2002, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas do Edital em epígrafe.

Local, _____ de _____ de 2023.

Entregar fora dos envelopes de nº 01 e 02, logo após o credenciamento.

(Nome e assinatura do responsável legal)
(Número da carteira de identidade e órgão emissor)

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2023
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 04/2023**

ANEXO “F”

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE
PESSOAL SERVIDOR PÚBLICO.**

Referente: Pregão Presencial nº _____

(Nome do licitante) _____, por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, DECLARA, que não possui em seu quadro, na função de diretor, assessor, conselheiro ou similares, servidores do Município de Cordilheira Alta, na forma do artigo 93 da respectiva Lei Orgânica.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2023.

nome e assinatura do responsável legal
(Número CPF)

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2023
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 04/2023**

ANEXO “G”

**MODELO DE INDICAÇÃO DE PREPOSTO E INFORMAÇÕES
COMPLEMENTARES**

Razão Social:
Nome Fantasia:
CNPJ:
Endereço completo:
Telefone:

Informo para os devidos fins, que os atos referentes ao pregão eletrônico nº ____/2023 poderão ser encaminhados para o endereço eletrônico _____, de titularidade do Sr./Sra. _____, telefone para contato _____, que será o preposto responsável para o recebimento de informações do referido procedimento licitatório.

No caso de haver alterações dos contatos indicados, estes deverão ser informados para os e-mails: compras@pmcordi.sc.gov.br; licitacoes@pmcordi.sc.gov.br.

_____, em ____ de _____ 2023.

_____ nome
e assinatura do responsável legal
(Número CPF)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2023
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 04/2023

ANEXO “H”

MINUTA ATA REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, senhor Clodoaldo Briancini, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, representada neste ato, pelo Senhor(a) _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) PARA LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS MATERIAS NECESSARIOS PARA O EVENTO COMEMORATIVO DE 31 ANOS DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC NOS DIAS 31/03/2023 E 01/04/2023**, conforme especificações constantes no anexo “A” do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de doze meses, a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cordilheira Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao (s) beneficiário (s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea

“d”, inciso II, artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ITENS E DOS PREÇOS

3.1. O valor total global estimado com o presente registro de preços é de R\$ (.....).

3.1.1. O (s) preço (s) ofertado (s) pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos é o especificado no anexo deste termo.

3.1.1.1. Os preços descritos no anexo serão pagos na possível aquisição dos produtos.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.

3.3. Os materiais deverão estar de acordo com a descrição constante no anexo “A” do edital e da proposta comercial da DETENTORA.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1. O prazo de entrega dos bens será de acordo com o cronograma expedido pela C.C.O após emissão da Autorização de fornecimento.

4.2. Os itens do lote 01, 02, 03 deverão ser instalados até o dia 27/03/2023, e deverão permanecer instalados até o encerramento do evento, podendo sofrer alterações que serão avisadas com brevidade ao licitante. A desmontagem deverá ocorrer no dia posterior ao termino do evento não cabendo a responsabilidade ao município sob os bens que permanecerem no local.

4.3. A licitante vencedora do lote 01 deverá efetuar a montagem dos materiais licitados nas seguintes condições:

a) As estruturas deverão apresentar bom estado, as coberturas em lona vinílica branca de boa qualidade, limpas e em perfeito estado de conservação, sem nenhum tipo de avaria, e devem dispor ao menos de 1 ponto de iluminação e 1 tomada de energia. A licitante deve providenciar toda a instalação elétrica e cabeamento necessário.

b) A contratada deverá assumir toda a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços, sendo responsável pelo fornecimento das estruturas metálicas, materiais e mão de obra para instalação das mesmas. Todas as despesas com a montagem e desmontagem e outros serão por conta da contratada, inclusive despesas de transporte, estadia e alimentação do pessoal que executará os serviços. A contratada será responsável pela emissão e pagamento de laudo técnico e ART de aterramento das estruturas metálicas a serem instaladas.

4.4. A empresa da locação dos geradores, lote 06, deverá instalar os mesmos até a data do dia 30/03/2023 para serem utilizados no dia 31/03/2023 e 01/04/2023, devendo estar instalados e em perfeito estado de funcionamento

até o findar de todo o evento. A desmontagem deverá ocorrer imediatamente após o término do evento não cabendo a responsabilidade ao município sob os bens que permanecerem no local.

4.5. A(s) empresa (s) que executarem a segurança e brigadista, lotes 07 e 08 deverão estar com identificação e a disposição durante todo período. A prestação de serviços deverá iniciar e seguir rigorosamente o cronograma de execução conforme será repassado pela C.C.O para cada um dos dias das festividades.

4.6. A empresa que fornecer o painel de led, lote 04 deverá contar com operador técnico por período integral do evento, para suprir de imediato qualquer necessidade quanto ao funcionamento do mesmo. A instalação do mesmo deverá ser efetuada conforme cronograma que será repassado pela C.C.O.

4.7. A empresa que irá executar a instalação dos tecidos, lote 05 deverá fornecer os mesmos em perfeito estado e aparência. A C.C.O ficar encarregada de avisar a empresa quando o palco estiver montado para que a mesma possa executar o serviço de instalação dos tecidos e floreiras. As floreiras deverão ser apresentáveis e de acordo com a solicitação da C.C.O.

4.8. A C.C.O fará uma análise previa após a instalação dos materiais, (lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06) para conferência se estão de acordo com o item contratado, bem como para atestar o funcionamento dos mesmos, quando necessário.

4.9. A empresa que irá executar a apresentação de show infantil, lote 10 deverá executar os serviços conforme cronograma de horário que será repassado pela C.C.O. A empresa deverá contar com o mesmo material apresentado e aprovado no dia do julgamento da licitação.

4.10. A empresa que executar a iluminação lote 11 deverá executar os serviços de acordo com cronograma e necessidades encaminhadas pela C.C.O.

4.11. É terminantemente proibido a qualquer das contratadas tratamento diferenciado ao público, assegurando a todos, indistintamente, independentemente de raça, cor, sexo, classe social, situação econômica, orientação sexual, convicções políticas e religiosas, igual tratamento perante a lei, mas, também e principalmente, igualdade material ou substancial.

4.12. Competirá às Contratadas a indenização de acidentes de trabalho de qualquer natureza, respondendo também a Contratada pelos danos causados, por seus empregados, auxiliares e prepostos, ao patrimônio público ou a outrem.

4.13. Durante a execução dos serviços será terminantemente proibido aos executores dos serviços das Contratadas, ingerir ou estarem sob o efeito de bebidas alcoólicas ou substâncias tóxicas, e de pedirem gratificações ou donativos.

4.14. Os troféus para a Exposição Agropecuária, lote 09 deverão ser entregues até dia 20 de março de 2023, no endereço que será informado pelo município ou na AF.

4.15. As licitantes vencedoras não poderão subcontratar os serviços a ela adjudicados.

4.16. A Contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou prestação, ou uso de produto/serviço diverso do que foi relacionado em sua proposta.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

6.1. O Município de Cordilheira Alta efetuará o pagamento do objeto desta ata, conforme solicitação, no prazo de 30 dias após a execução do objeto, mediante apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento.

6.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO

6.1. As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto deste edital correrão a cargo das dotações: (Projeto Atividade 2.065, 2.003, 2.009 – **Elemento 3.3.90 – Despesa 51, 47, 64**, previstas na Lei Orçamentária do Exercício de 2023.

CLÁUSULA SETIMA - DOS REAJUSTES

7.1. Os preços expressos nesse contrato serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

7.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos que demonstrem os seus gastos, comprovando a quebra do equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA

8.1. Não haverá prestação de garantia.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 15.1 do edital.

9.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

9.3. A penalidade de multa, prevista no item 8.1, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

9.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/1993.

9.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

9.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

9.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

9.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

9.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.6 e 8.7 será o valor inicial do Contrato.

9.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

9.11. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

9.11.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

9.11.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. Executar os serviços nas condições estipuladas neste edital, observando-se os parâmetros de boa técnica e as normas legais aplicáveis, bem como, atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação dos serviços.

9.1.2. Prestar os serviços apenas mediante agendamento da Secretaria Municipal de Saúde de Cordilheira Alta.

9.1.3 Dar atendimento adequado e prestar as informações devidas a Secretaria Municipal de Saúde sobre os serviços prestados, de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste edital.

- 9.1.4. Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico.
- 9.1.5. Garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente e do prontuário médico.
- 9.1.6. Assegurar ao responsável legal pelo paciente, o acesso a seu prontuário médico.
- 9.1.7. Apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior, no prazo estipulado neste edital.
- 9.1.8. Manter todas as condições de habilitação exigidas para o objeto, durante todos os períodos em que se mantiver contratado.
- 9.1.9. Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento dos serviços contratados.
- 9.1.10. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.
- 9.1.11. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.
- 9.1.12. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.
- 9.1.13. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.
- 9.1.14. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.
- 9.1.15. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.
- 9.1.16. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.
- 9.1.17. Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas.
- 9.1.18. Recolher os impostos devidos, no que diz respeito ao objeto da presente Ata, em seu órgão competente.
- 9.1.19. Realizar a execução do objeto conforme o edital que originou a contratação, sendo vedada a subcontratação.

9.2. São obrigações da CONTRATANTE:

- 9.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.
- 9.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 9.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

10.1 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1 - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela pelo servidor Iunes Luiz Ferraz, matrícula n. 13734/1, que atuará como representantes como representantes institucionais, nos termos do artigo 67 da Lei 8666/93.

10.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

11.1. Integram esta Ata, o edital do **Pregão Presencial para Registro de Preço nº XX/2023** e a proposta da empresa acima relacionada.

11.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e, se for o caso, conforme disposições da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

11.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Cordilheira Alta, SC, **17 de fevereiro de 2023.**



CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

Contratada

Testemunhas:

Angelita Gabriel
CPF: ***.893.109-**

Laura Muniz da Silva
CPF: ***241.889**